

 Em Brumadinho, os deputados defenderam a adoção de medidas mais severas contra a Vale (Fotos: Sarah Torres)

A instalação de uma CPI das Minas das Minas foi defendida pelo deputado Rogério Correia (PT), no sábado (26/1), em Brumadinho. Uma comissão de parlamentares da Assembleia Legislativa de Minas Gerais esteve no município para verificar as consequências do rompimento de barragem da mina de Córrego do Feijó, da Vale, ocorrido na sexta-feira (25).

O deputado Rogério Correia também favoreceu a aprovação dos Projetos de Lei (PLs) 3.676/16, da Comissão Extraordinária das Barragens, que estabelece novas regras para o licenciamento ambiental desses empreendimentos, e 3.312/16, do ex-governador Fernando Pimentel, que estabelece uma política estadual para os atingidos por barragens. O deputado responsabilizou a Vale pelo ocorrido e pediu punição, com a prisão dos culpados.

Também participaram da comissão os deputados Lafayette de Andrada (PRB), João Vitor Xavier (PSDB) e Cláudio do Mundo Novo (Pros) e as deputadas Maria Campos (PT), Ione Pinheiro (DEM) e Celi-se Lavioła (MDB), os reeleitos Beatriz Cerqueira (PT), Andréa de Jesus (PSol), Dooragal Andrada (Patri) e Guilherme da Cunha (Novo).

A comissão esteve primeiro no centro de operações integrado, na Faculdade de ASA, de Brumadinho, onde estão concentradas equipes da Defesa Civil, Polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros e outros órgãos que atuam no resgate de vítimas. Em seguida, visitou um dos pontos por onde escorre a lama, entre Brumadinho e o distrito de Piedade do Paraopeba, interrompido pelo lamaçal. Depois, dirigiram-se ao ponto mais próximo do rompimento da barragem, dentro da mina. No retorno, visitaram o centro de informações e acolhimento, montado no Espaço do Conhecimento, da Fundação Vale, próximo ao centro de operações.

Adoção de medidas mais severas com relação à atuação das mineradoras

 Lama de rejeito de minério se espalhou pela região de Brumadinho, provocando um cenário devastador

A deputada Maria Campos manifestou preocupação com a capacidade de luta para abastecer a RMBH e afirmou que havia barragens de rejeitos de mineração desativadas no Estado, mas que não passaram pelo processo de descomissionamento (conjunto de ações que acompanham o fechamento de uma mina), o que agrava o risco de novos rompimentos. As deputadas Ione Pinheiro e Celi-se Lavioła também lamentaram a tragédia e exigiram punição para os responsáveis. Ione condenou "a ganância de grandes empresários" e Celi-se defendeu mudanças na legislação para garantir "mais cuidado com a vida humana".

O deputado Cláudio do Mundo Novo igualmente lamentou o ocorrido, pelas perdas humanas e pelos danos ambientais. E lamentou que os PLs 3.676/16 e 3.312/16 não tenham sido aprovados na ALMG. Para o deputado Lafayette de Andrada, foi uma tragédia anunciada. "Lamentamos profundamente pelas famílias dos desaparecidos, mas, com sentimento de revolta, precisamos impedir que novos desastres como esse aconteçam. Minas Gerais tem mais 400 barragens como

essa", disse, referindo-se à estrutura que se rompeu em Brumadinho. Ele defendeu também um reforço na legislação, lembrando que o PL 3.676/16, que estabelece regras mais rigorosas para garantir a segurança das barragens, aguarda parecer de 2º turno na Comissão de Administração Pública.
 Deputados que querem endurecer regras para mineração
 Beatriz Cerqueira e Andréa de Jesus, que tomam posse na sexta-feira (1/2), também manifestaram-se favoráveis à implantação da CPI das Minas das Barragens na próxima legislação e lamentaram que outro desastre tenha ocorrido pouco mais de três anos após o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (Região Central do Estado). Para elas, as mortes decorrentes desses tragédias são crimes. "Poderiam ser evitadas se a Vale e as empresas correlatas tivessem adotado outra forma de extração de minério", disse Andréa.
 A Comissão Extraordinária das Barragens foi criada após o rompimento da barragem de Fundão, da mineração Samarco, em Mariana, em novembro de 2015. Em seu relatório final, a comissão fez diversas recomendações à autarquia e órgãos governamentais para evitar que se repetissem tragédias como aquela, que resultou em 19 mortes e na contaminação do Rio Doce por rejeitos de minério. Graças ao trabalho da comissão, também foi aprovada a Lei 22.796, de 2017, que destina recursos da taxa de fiscalização mineral (TFRM) para os órgãos de fiscalização ambiental reforçarem suas atividades. A comissão, que encerrou seus trabalhos em julho de 2016, foi presidida pelo deputado Agostinho Patrú Filho (PV) e teve como relator o deputado Rogério Correia. </p>